

# DISCURSO, MÍDIA E RESISTÊNCIA: OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVOS LATINO-AMERICANOS E O GOLPE CONTRA DILMA ROUSSEFF

DOI: <https://doi.org/10.29327/210932.10.1-4>

Bruna Maria Freitas de Sousa  
Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco-Brasil  
[bruna.freitas@ufpe.br](mailto:bruna.freitas@ufpe.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-4454-6350>

**RESUMO:** Considerando que os meios de comunicação alternativos têm atuado cada vez mais na construção de narrativas outras acerca dos acontecimentos políticos, nosso objetivo neste artigo é analisar como a mídia alternativa latino-americana representou um dos eventos mais conturbados da cena política brasileira: o golpe contra Dilma Rousseff. Para tanto, recorreremos ao aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso de filiação pecheutiana, especificamente no que se refere aos seguintes tópicos: interdiscurso, memória discursiva e formação discursiva (doravante FD). Conforme nossos gestos analíticos, identificamos que, contrariamente às mídias que discursivizaram o evento enquanto impeachment/processo legal, os veículos alternativos analisados construíram uma representação outra acerca do golpe e legitimaram posições-sujeitos contrárias à destituição de Dilma Rousseff, apontando, pois, para a configuração de uma FD contra-hegemônica e rompendo com os discursos cristalizados pelos meios hegemônicos de comunicação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mídias alternativas. Golpe de 2016. Discurso. Dilma Rousseff.

## DISCOURSE, MEDIA AND RESISTANCE: THE LATIN-AMERICAN ALTERNATIVE MEDIA AND THE COUP AGAINST DILMA ROUSSEFF

**ABSTRACT:** Considering that alternative media have constructed other narratives about political events, in this paper we aim to analyze how the Latin American alternative media represented one of the most troubled events in the Brazilian political scene: the coup against Dilma Rousseff. We resorted to the theoretical-methodological contribution of Pecheutian Discourse Analysis, specifically with regard to these notions: interdiscourse, discursive formation (henceforth DF) and discursive memory. We identified that contrary to the media whose FD supported the event as an impeachment/legal process, these media built a different representation about the coup and legitimized subject positions against it, pointing to the configuration of a counter-hegemonic FD and destabilizing the discourse reinforced by the mass media.

**KEYWORDS:** Alternative Media. Coup of 2016. Discourse. Dilma Rousseff.

## INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2016, o Brasil viveu um dos mais conturbados episódios de sua cena política. Em dezembro do ano anterior, deu-se entrada no processo que resultou no afastamento da então presidenta do país, Dilma Rousseff. Entretanto, esse acontecimento começou a ser discursivamente tecido desde antes de 2015 e foi minuciosamente legitimado através da (re)produção estratégica de uma série de dizeres veiculados pela grande mídia (MORETZSOHN, 2016).

Em uma direção oposta, as mídias alternativas atuaram como um espaço de contra pauta, de modo a visibilizar vozes silenciadas e grupos sociais que almejavam romper com a construção discursiva do impedimento de Dilma enquanto um processo legal. Aqui, vale ressaltar que nosso entendimento de grande mídia corresponde a um conjunto de veículos de comunicação (jornais, revistas, *sites*, TV e rádio) que possuem vasto alcance e que (re)produzem informações de cunho jornalístico, sob uma pretensão de imparcialidade. Equivalem, esses meios, a instâncias que através do mito da informatividade apagam alguns sentidos em detrimento de outros, influenciando, desse modo, na construção e na sedimentação da memória social em torno de determinados acontecimentos.

Por seu turno, os meios alternativos correspondem àqueles que dão visibilidade a determinados grupos e/ou temas sociais comumente silenciados pela imprensa comercial, opondo-se aos veículos midiáticos de caráter hegemônico e contribuindo, portanto, para a horizontalidade de informações e opiniões que circulam na sociedade, bem como para a legitimação de diferentes vozes presentes no debate público (DE OLIVEIRA, 2011, 2016).

Sob tal motivação, analisamos, neste trabalho, as representações que alguns veículos alternativos latino-americanos teceram acerca do golpe contra Dilma Rousseff. Em termos metodológicos, o *corpus empírico*, a partir do qual resultou o presente texto, corresponde a um conjunto de publicações imagético-textuais (artigos de opinião, entrevistas, charges e fotografias) veiculadas entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, nas plataformas digitais de três veículos alternativos: *Agencia Latinoamericana de Información*<sup>1</sup>, *La Diaria* e *Rebelión*. Por sua vez, o *corpus discursivo*, do qual foram recortadas as sequências discursivas<sup>2</sup> (doravante SD's) aqui analisadas, resulta dos nossos gestos interpretativos sobre o *corpus empírico* e apontam para a configuração de unidades discursivas representativas das mídias examinadas.

## BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O GOLPE DE 2016

Provocado por vários fatores sociais, políticos e econômicos, o golpe contra Dilma Rousseff representa, hoje, um dos episódios mais conturbados do quadro político do Brasil. Em termos oficiais, iniciou-se em 02 de dezembro de 2015, data em que o então

1 Destacamos que *Agencia Latinoamericana de Información* é um veículo alternativo cujas publicações são redigidas não apenas em língua espanhola, mas também em língua portuguesa, francesa e inglesa, razão pela qual algumas das SD's que mencionamos estão escritas diretamente em português e inglês. Trata-se, portanto, de sequências extraídas tais como figuram na plataforma da linha editorial e não de traduções.

2 Aqui, compreendemos as sequências discursivas enquanto uma série de enunciados e materialidades, a partir das quais podemos descrever e analisar a configuração e o funcionamento da FD, na qual se inscrevem os meios alternativos investigados.

presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acatou o pedido de processo realizado pelo procurador Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, sob a suspeita da realização de um crime de responsabilidade cometido pela ex-presidenta.

Dentre os aspectos que deram suporte à suspeita, encontram-se o posicionamento de Dilma ante os casos de corrupção atrelados à Petrobras, a assinatura de decretos que resultaram na abertura de créditos suplementares sem a autorização do Congresso e, por fim, as chamadas pedaladas fiscais. A partir do aceite do pedido, instaurou-se a formação de uma comissão na Câmara dos Deputados, a fim de que fosse discutida a admissibilidade do processo. Paralelamente, acentuou-se o clima de polarização que naquele momento já rondava o Brasil. Diversas manifestações a favor e contra o impedimento de Dilma Rousseff foram registradas em todo o país, tendo sido algumas delas veiculadas de forma estratégica e fortemente espetacularizada pelos veículos de comunicação hegemônicos (PRANDI & CARNEIRO, 2017; PRUDENCIO, RIZZOTTO & SAMPAIO, 2018), o que, do nosso ponto de vista, contribuiu significativamente para a legitimação do acontecimento no plano discursivo.

Posteriormente, no dia 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados aprovou o relatório a favor do afastamento de Dilma com um total de 367 votos favoráveis e 137 contrários. Conduzida ao longo de um domingo, a sessão deveria ter consistido em votações diretas: “*sim*” pela admissibilidade e “*não*” contra o processo. Entretanto, tal como notado pela população brasileira, não foi o que ocorreu. Apesar de terem sido inúmeras as justificativas expostas pelos congressistas no ato dos seus votos, poucas delas tocaram diretamente nas acusações pelas quais passou Dilma Rousseff. Contrariamente, votou-se em nome de Deus, da família, da pátria, pela memória da Ditadura Militar Brasileira ou ainda em prol do fim da corrupção no Brasil, apagando, assim, os fundamentos legais que deveriam ter sido expostos na ocasião (PRANDI & CARNEIRO, 2017).

A esse respeito, vale frisar que muitos dos que estavam presentes e lançaram mão dessas justificativas estavam, naquele momento, sendo investigados e/ou respondendo judicialmente por práticas de corrupção, dentre os quais encontrava-se o próprio presidente da Câmara, Eduardo Cunha, investigado por corrupção e lavagem de dinheiro; a deputada Raquel Muniz, envolvida em um caso de desvio de recursos públicos liderado pelo marido, Ruy Muniz,<sup>3</sup> e o pastor Marco Feliciano, cuja prestação de contas para eleição de 2014 foi recusada em virtude da omissão de despesas<sup>4</sup>.

Em 12 de maio, após o Senado ter recebido o parecer favorável da Câmara, deu-se a abertura do processo e Dilma foi afastada do cargo até que a ação fosse concluída, o que fez com que o então vice-presidente Michel Temer assumisse a presidência. O pro-

3 A respeito da investigação da Polícia Federal sobre os desvios de verba pública realizados por Ruy e Raquel Muniz, consultar matéria publicada em 09 de setembro de 2016 no jornal Estado de Minas: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/09/09/interna\\_politica,802388/ruy-muniz-e-mulher-sao-alvo-de-operacao-por-fraude-de-r-300-milhoes.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/09/09/interna_politica,802388/ruy-muniz-e-mulher-sao-alvo-de-operacao-por-fraude-de-r-300-milhoes.shtml).

4 Para informações sobre as investigações pelas quais passou Marco Feliciano, ver: <https://exame.com/brasil/13-de-comissao-da-camara-tem-pendencia-eleitoral/> e <https://revistaforum.com.br/politica/acusado-de-corrupcao-e-assedio-pastor-marco-feliciano-e-expulso-do-podemos/>.

cesso continuou sendo conduzido até que, no dia 31 de agosto de 2016, a presidenta foi definitivamente destituída.

No que se refere ao papel dos meios de comunicação na deslegitimação do Partido dos Trabalhadores e na consequente construção discursiva do golpe, Moretzsohn (2016) formula que os meios hegemônicos assumiram uma clara postura de oposição ao governo petista. Conforme a autora, essa oposição foi expressa mediante quatro estratégias que caracterizaram o funcionamento da grande mídia e que se fizeram presentes ao longo do acontecimento, quais sejam: a visibilidade exacerbada da Operação Lava Jato, o vazamento seletivo de informações referentes a investigações envolvendo alguns partidos brasileiros, a cobertura completa apenas das manifestações que eram favoráveis ao impedimento de Dilma e, por fim, o silenciamento dos discursos que poderiam desconstruir as representações do golpe enquanto um acontecimento legal.

Ante o exposto, refletimos acerca da destituição de Dilma não apenas enquanto um evento que resultou de uma forte luta de interesses políticos e econômicos, mas como um processo que, desde antes da sua instauração em termos jurídicos, já era construído discursivamente com o apoio de distintas instâncias (dentre as quais destacamos os veículos de comunicação de massa), o que conjuntamente a outros fatores de ordem sociopolítica fez com que posteriormente o evento se concretizasse no quadro brasileiro.

A seguir, discorreremos brevemente acerca de três noções advindas do marco teórico-metodológico da Análise de Discurso pecheutiana e através das quais realizamos nossos gestos de leitura sobre as mídias investigadas, a saber: a formação discursiva (FD), o interdiscurso e a memória discursiva.

### ACERCA DAS NOÇÕES DE FD, INTERDISCURSO E MEMÓRIA DISCURSIVA

A Análise de Discurso a qual nos filiamos surgiu em meados da década de 1960, na França, a partir dos trabalhos do filósofo Michel Pêcheux. Essa vertente dos estudos da linguagem corresponde a uma disciplina de entremeio que se inscreve entre a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise.

Tendo realizado uma releitura de proposições até então formuladas por teóricos como Jacques Lacan, Louis Althusser e Michel Foucault, Pêcheux deu início ao seu percurso teórico e se propôs a desenvolver uma teoria cujo objeto de análise fosse o discurso, este compreendido como um “efeito de sentidos entre locutores” (PÊCHEUX, [1969] 2019, p. 39). Em linhas gerais, podemos afirmar que a principal questão dessa corrente corresponde à compreensão dos mecanismos ideológicos nos processos de significação, ou seja, como a ideologia se materializa através da língua.

Ao longo das suas reflexões, Pêcheux se debruçou sobre as noções de sujeito e sentido e passou a considerá-las como elementos essencialmente constituídos pela ideologia. A partir de então, o filósofo passou a (re)formular algumas conceituações já elaboradas, dentre as quais destacamos, inicialmente, a de FD.

A noção de FD corresponde a uma das mais exploradas no âmbito da Análise de Discurso e as primeiras discussões a ela referentes figuram na obra *A Arqueologia do Saber*,

de Michel Foucault. Nela, ao refletir sobre a natureza e a constituição da FD, o estudioso a considerou enquanto “um conjunto de enunciados que, diante de um sistema de dispersão, mantêm entre si certas regularidades” (DA COSTA, 2020, p. 90). Nota-se, pois, que, conforme a perspectiva foucaultiana, a concepção estava atrelada à compreensão da organização de um grupo de enunciados/dizeres que, tendo sido produzidos em condições de produção distintas, apresentavam entre si certa regularidade/estabilidade de sentidos. Posteriormente, Michel Pêcheux retomou a noção e a reformulou da seguinte forma:

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, *numa formação ideológica dada*, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, *determinada pelo estado da luta de classes*, determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 147, grifos nossos).

A partir do deslocamento realizado por Pêcheux, surge uma nova concepção acerca da natureza das FD's, que agora passam a apresentar, em essência, o mecanismo ideológico como princípio orientador das suas configurações. Formula-se, assim, uma noção de FD enquanto um local constituído pela ideologia, regido pela luta de classes e que está, pois, em relação com o complexo das formações ideológicas que o determina. Ao dar seguimento às suas reflexões teóricas, Pêcheux introduziu ao escopo da AD uma outra categoria que está diretamente atrelada às formações discursivas: o interdiscurso. Nas palavras do autor:

Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 148 - 149).

O interdiscurso equivale ao “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” mencionado pelo filósofo, podendo ser compreendido como a exterioridade constitutiva das FD's. Corresponde, portanto, à esfera na qual figuram todos os saberes (re)inscritos nas distintas formações discursivas e que são autorizados e/ou interditados pelas posições-sujeito de cada uma delas, atuando, portanto, na determinação da “posição do Sujeito Ideológico que, enquanto lugar vazio, deve ser ocupada pelo sujeito do discurso que com ela se identifica” (DA COSTA, 2020, p. 94).

Por seu turno, o processo a partir do qual resulta o recorte dos saberes que orientam as FD's ocorre mediante o funcionamento da memória discursiva, concepção intrinsecamente relacionada às duas anteriores e a que recorreremos ao longo dos nossos gestos analíticos. Distanciando-se das compreensões psicologistas e historiográficas, o conceito de memória tal como desenvolvido no âmbito da Análise de Discurso não corresponde a uma memória individual, tampouco a uma memória de arquivo (documental/institucional). Trabalha-se, na AD, com uma concepção de memória enquanto um efeito coletivo da ordem do social, do histórico e do ideológico.

Em *Papel da Memória*, Pêcheux afirmou que não se ocuparia da memória desde uma perspectiva diretamente psicologista, tida como memória individual, mas que a pensaria

“no entrecruzamento da memória mítica, da memória social e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, [1999] 2015, p. 44). Postulou, ainda:

A memória discursiva seria aquilo que, *face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos”* (quer dizer, mais tecnicamente, os *pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos*, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, [1999] 2015, p. 46, grifos nossos).

Isso posto, notamos que a memória discursiva foi formulada como um espaço formado pelo conjunto de saberes que são recuperados e/ou reformulados ao longo do processo discursivo. É, portanto, através do seu funcionamento em relação com o interdiscurso que ocorre a produção de efeitos de sentido no interior de uma FD específica. Ainda conforme o autor, o funcionamento da memória discursiva é pautado no mecanismo da *repetição*, sendo este responsável pela regularização de determinados sentidos e pelo retorno dos “implícitos” no fio do discurso, produzindo, assim, efeitos de memória em sujeitos inscritos em suas respectivas FD’s.

À luz dessa exposição preliminar, objetivamos analisar como algumas mídias alternativas latino-americanas representaram o golpe contra Dilma Rousseff. Para tanto, considerando a historicidade do evento, as condições de produção nas quais circulam as mídias estudadas e o funcionamento da memória discursiva, refletiremos sobre como e quais são os elementos do interdiscurso que configuram a FD na qual esses meios alternativos estão inscritos.

## GESTOS ANALÍTICOS

Ao longo das nossas análises, notamos que os meios alternativos investigados apontaram para alguns dos aspectos que marcaram o acontecimento em questão. Dentre eles, destacamos: a atuação de Eduardo Cunha; o silenciamento em torno dos argumentos jurídicos necessários ao processo, especialmente aqueles que deveriam ter sido mencionados em 17 de abril, dia da votação na Câmara dos Deputados; o apagamento das evidências de que não houve crime de responsabilidade; a espetacularização midiática e seus efeitos ao longo do evento e, também, a misoginia ante a ex-presidenta, materializada, dentre outras formas, mediante dizeres como “*Tchau, querida!*”<sup>5</sup>. Vejamos como esses fatores figuram nas linhas editoriais observadas:

SD 1. Importa notar um fato preocupante: emergiu novamente como um espantinho a velha campanha que reforçou o *golpe militar de 1964: as marchas da religião, da família, de Deus e contra a corrupção. Dezenas de parlamentares da bancada evangélica claramente fizeram discursos de tom religioso e invocando o nome de Deus (...)*. Grande parte dos parlamentares de forma pueril *dedicavam seu voto à família, à esposa, à avó, aos filhos e aos netos, citando seus nomes, numa espetacularização da política de*

5 A expressão “*Tchau, querida!*” surgiu a partir do vazamento ilegal de uma conversa telefônica na qual o ex-presidente Lula a utilizou para se despedir de Dilma Rousseff. Com a divulgação da gravação, passou a figurar repetidamente em diversas ocasiões e manifestações favoráveis ao afastamento da então presidenta, como, por exemplo, na seção da Votação de Admissibilidade do processo. É interessante notar, também, que conforme o evento foi se desdobrando houve uma série de deslizamentos de sentido em torno do enunciado, materializados a partir de dizeres tais como: “*Tchau, querida democracia!*”, “*Tchau, querida urna eleitoral!*” e “*Fica, querida!*” e que apontam para outras posições-sujeito no/sobre o acontecimento.

*reles banalidade. Fez-se um julgamento apenas político sem embasamento jurídico convincente, o que fere o preceito constitucional. O que ocorreu foi um golpe parlamentar inaceitável. Agencia Latinoamericana de Información, 18/04/2016<sup>6</sup>.*

*SD 2. Este teatro político ha tenido tantas escenas absurdas y patéticas que podría ser descrito como surrealista. Comenzó con la votación en la Cámara Baja, donde la mayoría de los representantes están bajo investigación por corrupción. Muchos de ellos citaron a Dios y a sus familias al votar la destitución, al tiempo que no mencionaron los cargos reales contra la presidenta electa de Brasil. Una situación similar se llevó a cabo en el Senado, donde la estrategia principal durante la votación fue evitar discutir la razón de la acusación a la presidenta Rousseff, el llamado “pedaleo fiscal”. Recientes análisis del caso hechos por el fiscal federal, Ivan Claudio Marx, concluyeron que este mecanismo no puede ser considerado un delito, limpiando así del cargo a la presidenta Rousseff. Sin embargo, esta importante decisión fue minimizada por los medios de comunicación de Brasil y por los políticos pro-juicio político<sup>7</sup>. Agencia Latinoamericana de Información, 28/04/2016.*

As SD's expostas foram extraídas de publicações veiculadas a *Agencia Latinoamericana de Información* e publicadas na semana posterior à votação na Casa Legislativa. Tais SD's nos dão alguns primeiros indícios da forma como os meios analisados representaram o processo que resultou no afastamento de Dilma.

Na primeira SD, expõem-se alguns dos fundamentos que o sustentaram e que retornaram ao longo do acontecimento do golpe de 2016, quais sejam: *as marchas da religião, da família, de Deus e contra a corrupção*. Trata-se de um conjunto de motivações que se fizeram presentes, com maior evidência, durante a sessão da Votação de Admissibilidade do processo, ocasião na qual os parlamentares favoráveis ao impedimento de Dilma lançaram mão de princípios fundamentalmente conservadores para justificar seus votos.

Tal como indicado em SD1, os congressistas optaram por recorrer a uma série de argumentos que seguem uma direção muito mais conservadora do que jurídica, especificamente: a família e a religião. Ao recuperar tais conhecimentos, o sujeito jornalista marca a sua posição-sujeito e aponta para a concretização de um acontecimento político cujos preceitos jurídicos foram estrategicamente silenciados. Projeta-se, assim, a natureza espetacularizada do evento: sobram motivações de cunho reacionário, faltam embasamentos legais.

Por sua vez, a SD2 reflete que o esvaziamento jurídico-legal do golpe consistiu não apenas em interesses conservadores. Ao trazer para a cena discursiva o fato de que grande parte dos congressistas estava sendo investigada por corrupção, produz-se o efeito de sentido de que os fundamentos jurídicos foram aspectos secundários ao longo do processo. Expõe-se, assim, o caráter contraditório do evento, visto que os parlamentares que

<sup>6</sup> As SD's 1, 3, 6 e 7 foram originalmente publicadas em língua portuguesa por *Agencia Latinoamericana de Información*.

<sup>7</sup> SD2. Tradução nossa: Este teatro político teve tantas cenas absurdas e patéticas que poderia ser descrito como surrealista. Começou com a votação na Câmara, onde a maioria dos representantes estão sendo investigados por corrupção. Muitos deles citaram Deus e suas famílias ao votar pela destituição, ao passo em que não mencionaram as reais acusações contra a presidenta eleita. Uma situação semelhante ocorreu no Senado, onde a principal estratégia durante a votação foi evitar discutir a razão da acusação da presidenta Rousseff, as chamadas “pedaladas fiscais”. Análises recentes feitas pelo procurador federal, Ivan Claudio Marx, concluíram que este mecanismo não pode ser considerado um delito, inocentando, assim, a presidenta Rousseff. Entretanto, esta importante decisão foi minimizada pelos meios de comunicação do Brasil e pelos políticos pró-julgamento.

chegaram a votar em nome de Deus, da Pátria e do fim da corrupção no Brasil estavam sob a suspeita de práticas ilegais, tais como lavagem de dinheiro e fraude eleitoral.

É interessante notar, também, que ao destacar que *evitar discutir as pedaladas fiscais* foi uma das *estratégias* utilizadas ao longo do golpe, inscreve-se, na FD, a ilegitimidade do acontecimento. Tal ilegitimidade pautou-se no silenciamento em torno das discussões jurídico-políticas que seriam necessárias ao evento. Refere-se, especialmente nesse caso, a um debate em torno da natureza das chamadas pedaladas fiscais bem como sobre esse procedimento não dispôs de bases legais para o impedimento de Dilma.

Complementarmente, ao recuperar os saberes de que o julgamento *feriu o preceito constitucional* e que as pedaladas fiscais *não podem ser consideradas crimes de responsabilidade*, o sujeito jornalista atualiza, no intradiscorso, o efeito de que o processo que culminou no afastamento de Dilma Rousseff não apresentou justificativas legais plausíveis e foi, de fato, um golpe parlamentar mascarado de legalidade: um neogolpe.

Vemos, dessa forma, que as primeiras representações em torno do golpe resultaram do trabalho da memória que, mediante o funcionamento discursivo da repetibilidade, traz para a cena discursiva das mídias analisadas um conjunto de fatores que se fizeram presentes ao longo do processo. Nas SD's anteriormente mencionadas, notamos que através do mecanismo da repetibilidade houve a cristalização dos efeitos de sentido de que o afastamento de Dilma não apresentou legalidade e foi movido, exclusivamente, por uma gama de interesses políticos e conservadores.

Trata-se de um processo de regularização/estabilização dos sentidos que decorre, também, do próprio funcionamento da esfera periodística. Aqui, vale mencionar que, ao pensarmos o discurso jornalístico, o consideramos como uma das ramificações do *discurso sobre*, incisivamente trabalhado por Mariani (1996). Conforme a autora:

*Os discursos sobre* são aqueles que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. [...] são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre um discurso de* ('discurso-origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor (MARIANI, 1996, p. 64, grifos da autora).

A partir do exposto, compreendemos que o âmbito midiático e, particularmente, os veículos jornalísticos se constituem como um local no qual circulam discursos que, ao mobilizarem um determinado conjunto de saberes do interdiscorso, atuam na construção e na estabilização de sentidos sobre determinados eventos no mundo. Em nosso caso, percebemos que os sujeitos-jornalistas das mídias alternativas latino-americanas construíram, mediante a (re)inscrição de conhecimentos interditados em FD's antagônicas, uma representação outra acerca do golpe de 2016. Trata-se, no nosso entendimento, de um sinal da resistência que essas posições-sujeitos assumiram ante o acontecimento em tela.

Seguindo com os nossos gestos interpretativos, passamos a refletir acerca da atuação de uma das figuras centrais nos desdobramentos do golpe: o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Tomemos de exemplo algumas SD's, a partir das quais podemos analisar de que forma os veículos midiáticos dos quais nos ocupamos o representaram:

SD 3. Eduardo Cunha, ao aceitar o pedido de *impeachment*, *excluiu acusações que poderiam arrastar boa parte dos caçadores*. Acolheu apenas as duas acusações por crimes pelos quais apenas ela [Dilma] poderia responder: pedaladas e decretos. Se entrasse, por exemplo, na *compra de Pasadena*, outros agentes entrariam na roda. Inclusive do PMDB. E assim, *recortando acusações, torcendo leis, distorcendo fatos, destroncando princípios constitucionais e garantias*, escreveu-se a *trama* que hoje terá seu penúltimo e mais dramático capítulo, o do afastamento do cargo. *Agencia Latinoamericana de Información*, 11/05/2016.

SD 4. Eduardo Cunha esperaba un apoyo del PT en su defensa. Cuando este partido se posicionó en contra de él, dos horas después, *claramente por venganza*, sacó a relucir el proceso de *impeachment* contra Dilma que estaba en punto muerto.<sup>8</sup> *Agencia Latinoamericana de Información*, 24/05/2016.

SD 5. Eduardo Cunha, who initiated and conducted the impeachment vote on April 17, has since been forced to step down on charges of corruption and maintaining *illegal Swiss bank accounts*. *The Supreme Court had received evidence against Cunha at least six months before the vote in the Lower House, but conveniently let him orchestrate the impeachment approval.*<sup>9</sup> *Agencia Latinoamericana de Información*, 26/05/2016.

Ao recuperar que Eduardo Cunha *excluiu e recortou acusações* convenientemente, *acolheu* somente as denúncias pelas quais Dilma responderia e agiu por *vingança*, produz-se o efeito de que as tomadas de posição do então presidente da Câmara foram movidas por interesses unicamente pessoais, representando, assim, o sentimentalismo materializado ao longo do golpe.

Ademais, vale ressaltar que tais evidências são sustentadas, também, pela reinscrição de crimes que envolveram alguns dos parlamentares favoráveis ao afastamento, quais sejam: a compra da refinaria de Pasadena (EUA), em SD3, e a ocultação de 5 milhões de dólares em contas suíças registradas em nome de Eduardo Cunha, em SD5. Destarte, os sujeitos jornalistas das referidas SD's retomam, novamente, o apagamento dos pressupostos jurídicos que seriam necessários à ocasião, inscrevendo, assim, a invalidade do processo.

No que tange especificamente à SD5, é interessante perceber que retorna, na cena discursiva, o fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter recebido denúncias contra Cunha aproximadamente seis meses antes da votação na Casa Legislativa e que, ainda assim, o então presidente da Câmara pôde conduzir o processo. Desse modo, o sujeito jornalista atualiza, na FD, o sentido de que o golpe correspondeu não apenas a um

8 SD4. Tradução nossa: Eduardo Cunha esperava um apoio do PT em sua defesa. Quando o partido se posicionou contra ele, duas horas depois, claramente por vingança, levantou o processo de impeachment que estava suspenso contra Dilma.

9 SD5. Tradução nossa: Eduardo Cunha, que iniciou e conduziu a votação do impeachment em 17 de abril, foi obrigado a renunciar sob a acusação de corrupção e manutenção de contas ilegais em bancos suíços. O Supremo Tribunal Federal havia recebido provas contra Cunha pelo menos seis meses antes da votação na Câmara dos Deputados, mas convenientemente o deixou orquestrar o processo do impeachment.

acontecimento sem bases legais, mas que também foi tecido com o respaldo do Poder Judiciário.

Complementarmente, consideramos relevante atentar ao processo de designação do acontecimento político em tela. Para que possamos entendê-lo, retomemos brevemente algumas das reflexões elaboradas por Guimarães (2003, 2014), que em suas investigações tem se ocupado da constituição do processo de designação nos atos enunciativos. Partamos da distinção que o autor realiza entre três concepções: a referência, a nomeação e a designação. Conforme o autor:

A referência é um procedimento linguístico pelo qual se particulariza algo na enunciação e pela enunciação. [...] A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. Por exemplo, se numa situação dada e adequada o dono de um barco escreve sobre ele o nome Brisa, ele está lhe dando este nome, está nomeando o barco. A designação é o que considero *a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico* (GUIMARÃES, 2003, p. 53-54, grifos nossos).

Há, pois, uma relação de interdependência entre os processos. Em linhas gerais, através da referência individualizamos determinado referente ao longo do ato enunciativo. Por sua vez, mediante a nomeação, atribuímos nome aos objetos e/ou aos acontecimentos no mundo. Em consequência, passamos a conferir-lhes sentidos específicos. Conforme Da Costa (2020), tais sentidos são “determinados pela memória discursiva do nome e ressignificados na enunciação” (DA COSTA, 2020, p. 116)<sup>10</sup>, e é esse mecanismo de determinação/atribuição de sentidos que compreendemos por *designação*, essencial para que melhor analisemos as cinco SD’s até então mencionadas.

Note-se que, contrariamente às SD1 e SD2, em SD3, SD4 e SD5 os sujeitos jornalistas optam por nomear o evento como *impeachment*, fato que nos chama a atenção posto que se trata de uma terminologia comumente atrelada a processos de cunho democrático, ao passo em que o termo golpe apresenta, historicamente, uma série de implicações que apontam para a sua ilegitimidade.

Não obstante, ao nos filiar-mos à AD, corroboramos com o pensamento pecheutiano de que:

o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe em si mesmo (isto é, com sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é *determinado pelas posições ideológicas* que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 146, grifos nossos).

10 Em função da limitação de espaço, não discorreremos acerca das origens do pensamento de Guimarães (2003) sobre o processo de designação, tampouco da relação que o semanticista estabelece entre suas considerações e a perspectiva discursiva. Entretanto, faz-se importante que destaquemos que a afirmação de Da Costa (2020) decorre da própria metodologia de trabalho adotada por Guimarães (2003, 2014), que em suas investigações estabelece diálogos com a AD de filiação pecheutiana e, portanto, pensa os processos de significação a partir do atravessamento do histórico, do político e do ideológico.

Isso posto, entendemos que os sentidos não se encontram na superfície significante dos próprios dizeres, mas que são um efeito da inscrição de determinadas posições-sujeito em suas respectivas formações discursivas, sendo, portanto, da ordem do funcionamento ideológico. Faz-se possível, dessa forma, que os sentidos de um mesmo enunciado variem/deslizem quando produzidos em FD's distintas.

Ainda conforme o autor, se considerarmos que o sentido de uma mesma expressão pode variar conforme a FD na qual se produza, “é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, ter o mesmo sentido” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 148, grifos do autor), o que nos permite compreender melhor o processo de produção de sentidos em torno dos termos *impeachment* e golpe mencionados nas SD's até então analisadas.

Retornando às SD's 3, 4 e 5, notamos que, apesar de o acontecimento ter sido nomeado por *impeachment*, os sujeitos jornalistas de *Agencia Latinoamericana de Información* o *designam* enquanto golpe de Estado. Isso porque, ao (re)inscrever, na tessitura do discurso, as estratégias que sustentaram a *trama* do acontecimento, a postura de *vingança* adotada por Cunha e a atuação falha do STF, o sujeito do discurso atualiza o efeito de que o processo foi regido com base nos interesses políticos e pessoais daqueles que o conduziram, representando, então, a inconstitucionalidade em torno do episódio.

Assim, vemos que houve um enfraquecimento de sentidos do termo *impeachment* para golpe. Tal enfraquecimento ocorreu a partir de dois funcionamentos discursivos, quais sejam: a metáfora e a paráfrase. O primeiro, no que toca o desenlace do sentido de legalidade inscrito no significante *impeachment*, desestabilizando, desse modo, a memória do próprio dizer. O segundo, por seu turno, no que se refere à regularização de novos sentidos ao termo, de forma que *impeachment* passou a figurar como paráfrase discursiva de golpe.

Destarte, ambos significantes passaram a apontar para a ilegalidade do evento, o que nos remete ao pensamento pecheutiano de que os sentidos das palavras não são inerentes às suas materialidades linguísticas, mas que são construídos “nas relações que mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 148).

Para além desses aspectos, identificamos que as mídias estudadas apontaram para outro fator responsável pela representação do golpe: a misoginia contra a ex-presidenta Dilma Rousseff. Analisemos as seguintes materialidades:

SD 6. [...] Na verdade, a Câmara acabou demonstrando muito mais do que o tradicional *ranço golpista* das nossas elites conservadoras. As reiteradas *citações à Deus, à família e aos valores do conservadorismo* são uma demonstração clara de que a direita não evoluiu e de que não aceita, de forma alguma, a derrota eleitoral e o *pensar diferente, ainda mais se o movimento de ruptura for conduzido por uma mulher não sujeita aos padrões tradicionais de submissão. A misoginia, o ódio em relação à presença de uma mulher no centro do poder esteve presente em todos os momentos da articulação dos golpistas*, tanto que estes não deixaram, em momento algum, de

manifestar a sua repulsa nos patéticos cartazes *dando tchau à Presidenta*. *Agencia Latinoamericana de Información*, 25/04/2016.

SD 7. Dilma Rousseff, desde muito cedo, *ousou romper com os limites impostos pelos conservadores*, tanto que ainda na adolescência *pegou em armas contra a ditadura militar, foi presa e torturada, como tantas outras jovens militantes*. Graças aos seus méritos pessoais galgou espaço na administração pública até ser eleita Presidenta da República, *levando consigo ideias de transformação social e de inclusão das mulheres*. Foi exatamente por este motivo que os *golpistas* resolveram expressar seus preconceitos de forma direta contra a Presidenta. *Ao contrário de firmarem o debate político “golpe x impeachment”, a escumalha fascista que se organizou na Câmara dos Deputados no dia 17 de abril preferiu ir além, e soltar o slogan “tchau querida”*. *Agencia Latinoamericana de Información*, 25/04/2016.

Imagem 01: Fotografia de Dilma Rousseff publicada no jornal *La Diaria* (2016)



Fonte: Jornal *La Diaria*<sup>11</sup>

As precedentes materialidades foram extraídas de *Agencia Latinoamericana de Información* e *La Diaria*, respectivamente. As duas primeiras figuram em uma publicação intitulada “As raízes misóginas do golpe”, publicada por ALAI na semana seguinte à votação na Casa Legislativa. A terceira, por sua vez, compõe a publicação “*Gritos contra el viento*”, veiculada pela linha editorial de *La Diaria*, em agosto de 2016. Trata-se de um registro da fotógrafa Andressa Anholet (AFP), em que se captou um dos instantes de um ato em defesa da democracia organizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), realizado em 24 de agosto de 2016, em Brasília.

Inicialmente e assim como em algumas das SD’s anteriormente analisadas, constatamos que, mediante SD6, os sujeitos jornalistas de *ALAI* recuperam, na cena discursiva, as justificativas e fundamentos (cuja essência é muito mais conservadora do que jurídica)

<sup>11</sup> Em “*Gritos contra el viento*”: <https://ladiaria.com.uy/politica/articulo/2016/8/gritos-contra-el-viento/>. Acesso em 12 mar. 2022.

sob os quais concretizou-se o golpe à ex-presidenta: as importunas menções à *Deus*, à *família* e aos *valores do conservadorismo* mencionados no ato da Votação, que nenhuma relação estabelecem com o teor do acontecimento em questão e que, nos termos de Sobrinho (2019), se aproxima a uma concretização do *discurso da farsa*. Conforme o autor:

Nesse teatro político, no palco das *lutas com fraseologias eloquentes*, podemos entender, junto com Marcuse (2011, p. 13), que “a mistura de estupidez, ganância, baixaria e brutalidade que perfaz a política deixa a *seriedade sem fala*. O que acontece então é cômico”. [...] Assim, *lugares e posições sujeitos, devidamente enraizadas nas relações econômicas, interesses conservadores e altamente reacionários* ali estavam em funcionamento: “*Deus, Família e Propriedade*”. *A defesa era da família (tradicional, bela, recatada e do lar) e da “moralidade”* (SOBRINHO, 2019, p. 67-68, grifos nossos).

É precisamente nessa direção que os veículos alternativos estudados teceram o golpe contra Dilma. Através da repetição de uma série de dizeres que reforçam a ilegitimidade do evento, fazendo ecoar a *falta* dos devidos argumentos jurídicos necessários à ocasião, que foram substituídos por justificativas de cunho reacionário e que apontam para os interesses pessoais e políticos daqueles que as utilizaram ao longo do acontecimento. Enfim, como uma *farsa* jurídico-parlamentar.

Além disso, consideramos que tanto em SD6 quanto em SD7 os sujeitos jornalistas passam a destacar o lugar social ocupado por Dilma Rousseff e frisam de que forma esse aspecto manifestou-se ao longo do acontecimento. Aos princípios e às motivações mencionadas ao longo da *articulação golpista* une-se um dos fatores que, do nosso ponto de vista, equivale a um ponto fundamental que figura nessas mídias alternativas e que foi silenciado pelos veículos hegemônicos de comunicação: a misoginia como um dos elementos que teceu a discursividade do golpe.

Ao recuperar o fato de que a direita brasileira não aceitou a derrota eleitoral e recusa toda e qualquer ruptura liderada por Dilma, uma mulher *não sujeita aos padrões de submissão* frequentemente reproduzidos na sociedade brasileira, a linha editorial põe em jogo as principais características da ex-presidenta, especialmente aquelas que marcaram e influíram decisivamente na sua trajetória política. Constrói-se a imagem de Dilma como uma mulher *lutadora*, que desde a adolescência participou de movimentos estudantis, atuou na linha de frente junto a grupos contrários à ditadura, foi presa, torturada e exilada. Trata-se de um efeito que se repete ao longo das mídias alternativas investigadas, tanto a partir de materialidades verbais quanto através das visuais, tal como constatado a partir da Imagem 1 que compõe a capa de uma das publicações do periódico uruguaio *La Diaria*.

Produzido à época do golpe, o registro escolhido pelos sujeitos-jornalistas da linha editorial em questão interpela os sujeitos-leitores desse veículo comunicativo e o faz trazendo à tona o embate histórico-político enfrentado e revivido pela ex-presidenta, fazendo ressoar, no dizer do golpe, os sentidos da ditadura brasileira. Para que melhor

compreendamos a constituição da materialidade mencionada, retomemos algumas considerações formuladas por Soares e Ferreira (2017) acerca da constituição imagética.

Em suas reflexões sobre os processos de produção de efeitos de sentido a partir de imagens fotojornalísticas, os autores estabelecem algumas categorias analíticas que contemplam os seguintes elementos: a manifestação da enunciação no discurso fotojornalístico, a multiplicidade de materiais significantes que compõem as imagens presentes no fotojornalismo, ou seja, a relação estabelecida entre o verbal e o visual e, por fim, a análise de como a fotografia jornalística atua na construção/representação dos acontecimentos históricos. Paralelamente, sugerem-se dois aspectos a serem considerados: por um lado, a relação entre texto e contexto, centrada na conexão entre a materialidade fotográfica e o fato representado. Por outro, a relação temporal que abrange tanto a relação que o fotojornalismo mantém com um determinado acontecimento quanto a própria temporalidade constituída pelo discurso, “podendo orientar efeitos de sentido vinculados a um momento do ‘agora’ ou a um momento do ‘então’ próprio de um fato passado” (SOARES & FERREIRA, 2017, p. 190, grifos nossos).

Isso posto, propõem-se três parâmetros: focalização, enquadramento e panorama simbólico. Em linhas gerais, a primeira representa uma relação estreita e imediata entre a imagem e o representado. Trata-se de uma das manifestações primárias da fotografia: captar e retratar um determinado acontecimento, apontando especificamente para o seu *agora*. A segunda, por sua vez, apresenta um teor menos imediato e mais interpretativo. No que se refere à relação texto-contexto, os sujeitos-leitores extrapolam o que é posto na cena, indo além do fato representado e estabelecendo conexões com outros acontecimentos possíveis. Aqui, vale mencionar que temporalmente ambas objetivam conduzir o leitor a um momento presente da construção fotográfica. Diferentemente,

A terceira categoria, denominada panorama simbólico, refere-se àquelas imagens que, *em sua relação discursiva com o tempo, determinam a ideia de um contexto pretérito que perdura no tempo, um passado que sempre retorna*. Sua dinâmica entre texto e contexto vincula um fato presente a acontecimentos do passado, geralmente de relevância histórica. É esta relação, que *aproxima um fato noticiado com um fato histórico*, estabelecendo uma vinculação com o que já aconteceu que caracteriza a fotografia do tipo panorama simbólico (SOARES & FERREIRA, 2017, p. 193, grifos nossos).

Trata-se, portanto, de materialidades que em suas composições apresentam elementos que convocam o sujeito-leitor a recuperar outros eventos históricos e que trazem para a atualidade de um dado acontecimento uma memória já estabilizada socialmente. Conforme nossos gestos analíticos, identificamos que a imagem publicada pela linha editorial de *La Diaria* traz para cena discursiva uma representação precisa do que enfrentou Dilma e do que significou o golpe de 2016. No primeiro plano da fotografia, de costas, vemos a imagem da ex-presidenta, captada em um dos momentos do ato pela democracia realizado em Brasília. No segundo, uma fotografia de autoria de Adir Mera, datada de meados de 1970, ano em que Dilma havia sido presa durante ataques de repressão a organizações

da esquerda promovidos pela Operação Bandeirante, no período da ditadura militar<sup>12</sup>. Na ocasião, prestava depoimento na Auditoria Militar do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido acusada de “subversão” e condenada a quatro anos de reclusão.

Através da contraposição entre os dois planos que constituem a materialidade, representa-se o embate e a relação entre dois momentos da trajetória de Dilma Rousseff, representando-a como uma mulher que enfrentou dois golpes em tempos distintos. Temporalmente, o primeiro, da ordem do *agora*, traz à tona a conjuntura do impedimento da ex-presidenta. A ele, une-se a memória da ditadura militar brasileira, especificamente no que toca o interrogatório pelo qual passou a ex-presidenta durante sua adolescência. Dessa forma, retoma-se e legitima-se a imagem de Dilma como um símbolo de resistência que, desde o início do seu percurso político, luta em prol da democracia e enfrenta com firmeza aqueles que lhe acusam<sup>13</sup>. Assim, vemos que, mediante as três materialidades anteriormente analisadas, os sujeitos-jornalistas de *ALAI* e *La Diaria* tecem o golpe como um acontecimento que, além da ilegalidade, da hipocrisia e do sentimentalismo expostos nas cinco primeiras SD's analisadas, apresenta, em sua essência, um teor fortemente misógino. Trata-se, na realidade, de um golpe organizado por aqueles que não aceitaram/aceitam a presença de uma mulher que *pegou em armas contra a ditadura militar*, rompendo com os *limites impostos pelos conservadores* e que levou consigo ideais de *transformação social e de inclusão das mulheres*. Um golpe machista, sexista e patriarcal, tal como refletido através de um dos dizeres reproduzidos ao longo de todo o acontecimento: *Tchau, querida!*

Por fim, vale destacar a forma como esses meios de comunicação alternativos denunciaram o monopólio midiático em torno do acontecimento. Analisemos as seguintes SD's:

SD 8. Los medios han aprovechado la munición para su *campaña contra el gobierno de Dilma y Lula, quien quiere volver a ser presidente en 2018*. Una masacre mediática que domina las tapas de las revistas y llena los noticieros con imágenes de la policía deteniendo a personas. Al mismo tiempo *los medios fueron construyendo un consenso de opinión pública a favor de la renuncia de Dilma y 'Fuera el PT'*. Es una narrativa, *como han denunciado medios independientes brasileños, de ver dicho partido como una «organización criminal»*<sup>14</sup>. *Rebelión, 20/06/2016*.

SD 9. *La información de noticias falsas en momentos claves, la selectividad en la divulgación de los implicados en delitos de corrupción, según se trate el partido, la cobertura desproporcionada de*

12 Para além da aparição dessa imagem na linha editorial aqui analisada, é interessante que destaquemos o fato da fotografia de Adir Mera ter sido recuperada (ora em sua versão original, ora modificada) ao longo dos atos e campanhas contra o impedimento de Dilma Rousseff. Em Santos (2020), encontramos alguns exemplos de como essa e outras imagens do período ditatorial brasileiro foram reapropriadas (em cartazes, charges e colagens) como uma marca de resistência por sujeitos contrários ao golpe de 2016.

13 Vale ressaltar que muito distinta foi a forma com que os veículos de comunicação hegemônicos latino-americanos representaram Dilma Rousseff. Ao recuperarmos uma série de trabalhos nos quais são analisadas as representações da/sobre a mulher na política (Possenti, 2008; Rubin & Argolo, 2018), percebemos que, ao retratar o governo e o golpe contra Dilma, muitos desses veículos silenciaram a trajetória e o lugar social ocupado pela ex-presidenta, tendo chegado a denominá-la por *dilmanta, anta de tênis, poste de Lula* etc. Ademais, alguns deles chegaram a associar a retórica de Dilma a sua capacidade para exercer a presidência do Brasil. A título de exemplo, mencionemos o questionamento levantado em uma das publicações do jornal O Globo: “Se a presidente não consegue se expressar com o mínimo de clareza em relação a um assunto tão importante [referindo-se ao cenário econômico brasileiro] como esperar que tenha capacidade para conduzir o governo de modo a debelar a escalada dos preços e fazer o país crescer?”.

14 SD8. Tradução nossa: Os meios de comunicação aproveitaram a munição para suas campanhas contra o governo de Dilma e Lula, que quer voltar a ser presidente em 2018. Um massacre midiático que domina as capas das revistas e enche os noticiários com imagens da polícia prendendo pessoas. Ao mesmo tempo, os meios foram construindo um consenso de opinião pública a favor da saída de Dilma e do “Fora, PT”. É uma narrativa, como têm denunciado as mídias independentes brasileiras, de ver o partido como uma “organização criminosa”.

las movilizaciones de la oposición y la invisibilización de los apoyos al gobierno han sido la tónica de la cobertura mediática en los últimos años. Es tal la *simpatía con las protestas contra el gobierno* que para una realizada en julio de 2014 un día domingo, Globo corrió los partidos de fútbol durante unas horas para dar cobertura en directo a la manifestación. Tal *desequilibrio informativo* ha hecho mella en la conciencia de los brasileños de tal modo que *entre los gritos para parar el golpe está uno que dice: «la verdad es dura, la red Globo apoyó la dictadura»*<sup>15</sup>. *Rebelión*, 20/06/2016.

Imagem 02: Fotografia de passeata publicada em *Agencia Latinoamericana de Información* (2016)



Fonte: ALAI<sup>16</sup>

Imagem 03: Fotografia de manifestação contra o golpe publicada em *Agencia Latinoamericana de Información* (2016)



Fonte: ALAI<sup>17</sup>

As SD's anteriormente mencionadas compõem o artigo de opinião intitulado “*¿Impeachment o golpe de estado en Brasil?*”, publicado pelo periódico chileno *Rebelión*, em 20 de junho de 2016. Por seu turno, as imagens 2 e 3 figuram em *ALAI* e foram veiculadas em julho de 2016. Em linhas gerais, identificamos que tais materialidades apontam para um

15 SD9. Tradução nossa: A divulgação de notícias falsas em momentos chave, a seletividade da divulgação dos envolvidos em crimes de corrupção conforme o partido, a cobertura desproporcional das mobilizações da oposição e a invisibilidade dos apoios ao governo têm sido a tónica da cobertura midiática dos últimos anos. A simpatia com os protestos contra o governo é de tal forma que para uma mobilização realizada em um domingo de julho de 2014, a Globo interrompeu durante algumas horas a exibição de uma partida de futebol para cobrir a manifestação ao vivo. Tal *desequilíbrio informativo* afetou a consciência dos brasileiros de tal modo que entre os gritos para parar o golpe está um que diz: “a verdade é dura, a Rede Globo apoiou a ditadura”.

16 Em “Monopólio da mídia e golpe no Brasil”: <https://www.alainet.org/pt/articulo/178059>. Acesso em 12 mar. 2022.

17 Em “5 momentos em que a Rede Globo agiu a favor do golpe parlamentar”. Disponível em: <https://www.alainet.org/pt/articulo/179894?language=en>. Acesso em 12 mar. 2022.

dos principais aspectos referentes ao golpe contra Dilma Rousseff: o papel dos meios de comunicação hegemônicos na legitimação do acontecimento enquanto *impeachment*.

Em SD8, os sujeitos-jornalistas de *Rebelión* atentam para a intencionalidade e para um dos interesses que moveram a mídia hegemônica, especificando que estes foram os responsáveis por construir uma *campanha* (ato minuciosamente planejado a fim de legitimar determinados grupos e/ou posições) contra o Partido dos Trabalhadores (sobretudo contra Dilma e Lula, que almejava retornar à presidência). Além disso, a linha editorial destaca que esses meios atuaram como um dos principais responsáveis por sustentar os dizeres que figuraram *repetidamente* ao longo de todo o acontecimento, acabando por deslegitimar o PT mediante coberturas jornalísticas desproporcionais que silenciaram as manifestações contra o golpe e que, ao enfatizar algumas das condições econômicas brasileiras, passaram a reforçar os movimentos contrários ao partido. Ao discorrer acerca da atuação dos veículos hegemônicos de comunicação ao longo do golpe, Prudencio, Rizzotto & Sampaio (2018) apontam que:

O problema principal das notícias está centrado no *cenário de crise* (31,8%), ou seja, notícias que não abordam diretamente o impeachment, mas apresentam elementos que podem ser utilizados para reforçar a tese do impeachment, *como o cenário econômico, denúncias da lava jato e de corrupção e afins. Em seguida, aparece a disputa política* (24%), *indicando que a motivação do processo de impeachment é a disputa ou jogo político e/ou luta pelo poder. [...] O futuro pós-impeachment* (11,2%), *a repercussão na população* (9,2%) e *a recuperação histórica* (2,4%) do cenário político aparecem com menor frequência (PRUDENCIO, RIZZOTTO & SAMPAIO, 2018, p. 23, grifos nossos).

Trata-se, pois, de uma cobertura centrada em um conjunto de fatores que desempenharam um papel central na *campanha* contra Dilma Rousseff, tendo legitimado os movimentos contrários ao Partido dos Trabalhadores e a favor do golpe. Ademais, consideramos que essa representação ressalta a *trama* intrínseca ao acontecimento, uma vez que silencia as principais discussões jurídicas, políticas e sociais que lhe seriam pertinentes, tais como os fundamentos legais que justificariam o processo, a transparência acerca das investigações de corrupção pelas quais passaram muitos dos envolvidos no golpe, as consequências do afastamento de Dilma para o quadro político brasileiro e, por fim, as diversas manifestações de apoio a ex-presidenta.

Contrariamente e tal como expomos a partir das SD's até então analisadas, o trabalho dos veículos alternativos consistiu em enfatizar esses aspectos. Em SD9, os sujeitos-jornalistas de *Rebelión* trazem para a cena discursiva o desequilíbrio informativo da mídia hegemônica, recuperando a seletividade na divulgação das informações referentes às denúncias, a difusão das *fake news* ao longo das etapas do evento e a invisibilidade dos grupos a favor da permanência de Dilma Rousseff. Mencionam, ainda, a *simpatia* desses meios para com as manifestações contrárias ao Partido dos Trabalhadores, destacando o sentimentalismo em torno do acontecimento e, assim, criando o efeito de sentido de

que o evento consistiu não apenas em um golpe jurídico-parlamentar, mas sobretudo midiático.

Em uma direção semelhante, identificamos que, através das materialidades fotográficas veiculadas por *ALAI*, os sujeitos-jornalistas apontam para a presença de outros grupos/movimentos sociais que se fizeram presentes ao longo do golpe, legitimando-os e conferindo-lhes voz na discussão acerca do acontecimento, contrariamente aos veículos hegemônicos nos quais:

Muito distantes ficam as imagens de protesto (contra o golpe), com apenas 8,1% do corpus. *Essas imagens poderiam conferir às notícias uma indicação da presença de outros atores sociais na discussão do impeachment/golpe*, na medida em que havia manifestações populares a favor e contra o que ocorria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (PRUDENCIO, RIZZOTTO & SAMPAIO, 2018, p. 29, grifos nossos).

Além de visibilizar tais grupos sociais, as materialidades escolhidas apresentam, em suas composições, um importante elemento que atua de modo a reforçar o monopólio midiático em torno do golpe a Dilma Rousseff: a reinscrição do logotipo da Rede Globo de televisão, uma das maiores emissoras brasileiras. Ao lançar mão dessas imagens para representar o caráter midiático e o desequilíbrio informativo em torno do evento, os sujeitos-jornalistas rompem com os discursos hegemônicos não apenas por retratar a atuação e as manifestações da oposição, mas também por criar o efeito de sentido de que a Globo foi uma das principais responsáveis pela legitimação discursiva do impedimento de Dilma Rousseff.

Trata-se de um conjunto de estratégias determinadas pelo próprio funcionamento da FD analisada e que equivalem, conforme nossos gestos de leitura, a uma marca de resistência dessas linhas editoriais, apontando para a principal característica das mídias alternativas: estabelecer uma ruptura com os discursos sedimentados através dos veículos hegemônicos cujo funcionamento, ao longo do golpe, consistiu no vazamento seletivo de informações, na cobertura exaustiva das manifestações contrárias a Dilma e no silenciamento dos aspectos que remeteriam à ilegalidade do acontecimento (MORETZSOHN, 2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante nossos gestos analíticos, concluímos que as mídias alternativas estudadas teceram uma representação contra-hegemônica acerca do golpe de 2016, construída através da repetição e cristalização de determinados efeitos de sentidos que apontaram, sobretudo, para a inconstitucionalidade intrínseca ao evento.

Em um primeiro momento, notamos que houve um deslizamento de sentidos do termo *impeachment* para golpe. Tal deslizamento ocorreu a partir de dois funcionamentos discursivos, quais sejam: a metáfora e a paráfrase. O primeiro, no que toca o desenlace do sentido de legalidade inscrito no significante *impeachment*, desestabilizando, desse modo, o próprio dizer. O segundo, por seu turno, no que se refere à regularização de novos

sentidos ao termo, de forma que *impeachment* passou a figurar como paráfrase discursiva de golpe. Destarte, ambos significantes passaram a apontar para a ilegalidade do evento.

Conjuntamente a estes, compreendemos que houve, também, o funcionamento de um silêncio constitutivo, entendido como aquele que diz respeito aos “modos de apagar sentidos, de silenciar e de produzir o não-sentido” (ORLANDI, 2007, p. 14). Materializou-se, tal silenciamento, pela interdição de dizeres contrários aos quais os sujeitos jornalistas se identificam. Trata-se, no nosso ponto de vista, de conhecimentos que apontariam, dentre outros, para um suposto efeito de legalidade em torno do golpe, bem como projetado por muitos dos veículos de comunicação hegemônicos.

Paralelamente, identificamos que as mídias alternativas analisadas expuseram o caráter misógino em torno do acontecimento. Contrariamente ao trabalho dos meios hegemônicos, que apagaram e silenciaram o lugar social ocupado pela ex-presidenta, as linhas editoriais das quais aqui nos ocupamos ressaltaram a trajetória de Dilma enquanto uma mulher que ingressou na política ainda na sua adolescência, que lutou contra o regime ditatorial brasileiro e que ao longo dessas décadas tem propagado ideais a favor da inclusão das mulheres brasileiras, sendo essas algumas das razões que sustentaram a *articulação golpista* e conservadora.

Ademais, constatamos que os periódicos romperam com os discursos sedimentados através dos veículos hegemônicos, uma vez que desconstruíram a suposta legalidade em torno do golpe, ressaltando alguns dos principais aspectos que o sustentaram no plano discursivo e que foram intencionalmente silenciados pela grande mídia. Trata-se, como apontamos, da omissão dos fundamentos legais necessários, dos interesses por trás da atuação de Eduardo Cunha, do conservadorismo e da misoginia intrínsecos ao processo e, por fim, do monopólio midiático que deu suporte aos discursos contra Dilma Rousseff e contra o Partidos dos Trabalhadores.

Por fim, concluímos que, contrariamente aos meios de comunicação hegemônicos cuja FD sustentou o evento enquanto *impeachment*/processo legal (Da Costa, 2020), essas mídias alternativas construíram uma representação outra acerca do acontecimento estudado e legitimaram posições-sujeitos contrárias à *trama* que foi a destituição de Dilma Rousseff. Consideramos, desse modo, que as linhas editoriais investigadas apontaram para a configuração de uma FD contra-hegemônica e funcionaram como aparelhos ideológicos de resistência, desestabilizando a narrativa cristalizada pelos meios hegemônicos de comunicação.

## REFERÊNCIAS

- BOFF, L. Um golpe parlamentar e a volta reacionária da religião, da família, de Deus e contra a corrupção. **Agencia Latinoamericana de Información**, 2016. Disponível em: <https://www.alainet.org/pt/articulo/176822> Acesso em: 12 mar. 2022.
- CRUNIVEL, T. Golpe contra Dilma é, de todos, o mais violento. **Agencia Latinoamericana de Información**, 2016. Disponível em: <https://www.alainet.org/pt/articulo/177389?language=en> Acesso em: 12 mar. 2022.
- DA COSTA, M. A. G. **O funcionamento da memória discursiva na designação do evento político de 2016 como**

- “**impeachment**” e como “**golpe**”: uma luta na/pela palavra. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, Recife, 2020.
- DE OLIVEIRA, D. Jornalismo alternativo: um potencial para a radicalização da democracia. **Signo y Pensamiento**, Bogotá, vol. 30, n. 58, p. 52-63, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0120-48232011000100004&script=sci\\_abstract&tlng=en](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0120-48232011000100004&script=sci_abstract&tlng=en) Acesso em: 12 mar. 2022.
- DE OLIVEIRA, D. Novos protagonismos midiáticos-culturais: a resistência à opressão da sociedade da informação. **Revista de Estudos de Gestão, Informação e Tecnologia**, Itaquaquecetuba, vol. 6, n. 2, p. 21-41, 2016. Disponível em: <http://www.fatecitaqua.edu.br/revista/index.php/regit/article/view/REGIT6-A1> Acesso em: 12 mar. 2022.
- GUIMARÃES, E. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. **Revista Letras**, n. 26, p. 53-62, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11880> Acesso em: 12 mar. 2022.
- GUIMARÃES, E. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. **Fragmentum**, n. 40, p. 49-68, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/17264> Acesso em: 12 mar. 2022.
- MARIANI, B. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 - 1989). Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UNICAMP, São Paulo, 1996.
- MENDONÇA, M. L. Impeachment en Brasil, un teatro del absurdo. **Agencia Latinoamericana de Información**, 2016. Disponível em: <https://www.alainet.org/pt/node/179107?language=en> Acesso em: 12 mar. 2022.
- MENDONÇA, M. L. Democracy is dead in Brazil. **Agencia Latinoamericana de Información**, 2016. Disponível em: <https://www.alainet.org/pt/node/179918?language=en> Acesso em: 12 mar. 2022.
- MIRANDA, S. A. R. As raízes misóginas do golpe. **Agencia Latinoamericana de Información**, 2016. Disponível em: <https://www.alainet.org/pt/articulo/177031?language=en> Acesso em: 12 mar. 2022.
- MORETZSOHN, S. D. A mídia e o golpe: uma profecia autocumprida. In: FREIXO, A; RODRIGUES, T. **2016, o ano do golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016, p. 116-134.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: No movimento dos sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- PÊCHEUX, M. **Análise Automática do Discurso**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi e Greciely Costa. 1ª edição, Campinas: Pontes, 2019.
- PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2015, p. 43-51.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 5ª edição, Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.
- POSSENTI, S. A misoginia como condicionante do golpe de 2016 no Brasil. **Discurso & Sociedad**, vol. 12, n. 3, p. 581-593, 2018. Disponível em: <http://dissoc.org/ediciones/v12n03/DS12%283%29Possemi.pdf> Acesso em: 12 mar. 2022.
- PRANDI, R; CARNEIRO, J. L. Em nome do pai: Justificativas dos votos dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 33, n. 96, p. 1-22, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/zz6PRYyg6VWKKpVN3Psf6N/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 mar. 2022.
- PRUDENCIO, K; RIZZOTTO, C; SAMPAIO, R. C. A Normalização do Golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do ‘impeachment’ de Dilma Rousseff. **Contracampo**, Rio de Janeiro, vol. 37, n. 2, p. 8-36, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17625> Acesso em: 12 mar. 2022.
- REBOLLEDO, M. B. Impeachment o golpe de estado en Brasil?. **Rebelión**, 2016. Disponível em: <https://rebelion.org/impeachment-o-golpe-de-estado-en-brasil/> Acesso em: 12 mar. 2022.
- RUBIN, L; ARGOLLO, F. **O Golpe na perspectiva de Gênero**. 1ª edição, Salvador: EDUFBA, 2018.
- SANTOS, A. C. L. As imagens de Dilma Rousseff da ditadura civil-militar ao impedimento. **Contemporânea**, vol. 18, n. 1, p. 135-155, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/23123> Acesso em: 12 mar. 2022.
- SOARES, N; FERREIRA, G. M. Discurso e imagem: possibilidades metodológicas para uma análise discursiva do fotojornalismo contemporâneo. **Intexto**, Porto Alegre, vol. 1, n. 39, p. 177-200, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/64907> Acesso em: 12 mar. 2022.

SOBRINHO, H. Estado, política e farsa: o golpe de 2016 e o discurso na reprodução do capital. *In*: DE NARDI, F; GRIGOLETTO, E e SOBRINHO, H. **Silêncio, Memória, Resistência**: A política e o político no discurso. Campinas: Pontes, 2019, p. 57 - 77.

SOUZA, L. A. G. Un “impeachment” que no pasa de un golpe. **Agencia Latinoamericana de Información**, 2016. Disponível em: <https://www.alainet.org/pt/node/177661?language=en> Acesso em: 12 mar. 2022.